

**UEMS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA**

**Viviane Salú Silva de Freitas**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL, UM CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES: uma análise a partir**  
**de Max Weber**

Paranaíba - MS  
2017

**Viviane Salú Silva de Freitas**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL, UM CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES: uma análise a partir  
de Max Weber**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Me. Gabriela Massuia Motta

Paranaíba - MS  
2017

F938i Freitas, Viviane Salú Silva de

Inclusão educacional, um cenário de contradições: uma análise a partir de Max Weber/ Viviane Salú Silva de Freitas. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017. 37f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Me. Gabriela Massuia Motta.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Educação inclusiva. 2. Burocracia. 3. Sistema educacional. I. Freitas, Viviane Salú Silva de. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 371.3

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

**VIVIANE SALÚ SILVA DE FREITAS**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL, UM CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES: uma análise a partir  
de Max Weber**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em ...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Gabriela Massuia Motta (Orientadora)  
Universidade Estadual Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Geovane Ferreira Gomes  
Universidade Estadual Mato Grosso do Sul (UEMS)

---

Prof.<sup>a</sup> Radaí Cleria Felipe Gonçalves  
Universidade Estadual Mato Grosso do Sul (UEMS)

## **AGRADECIMENTOS**

Á Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por proporcionar um curso de relevante contribuição para minha formação.

Em especial a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Me. Gabriela Massuia Motta, pela dedicação em orientar durante todo o processo desse trabalho, por toda a paciência que teve para com minha pessoa, pelo vínculo de amizade que foi criado.

E às duas pessoas especiais em minha vida que estiveram comigo a todo momento me dando forças para prosseguir, que não deixaram desistir.

“A Educação Inclusiva é uma flor que nasce entre rochas. Ela precisa ser alimentada com conhecimento, com teorias, com treinamentos. Mas principalmente com amor!!!”

Emílio Figueira

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar sob a ótica Weberiana a educação inclusiva a partir da importância do processo de inclusão de crianças com necessidades especiais educacionais, que, apesar de todos os esforços legais, ainda estão excluídas na sociedade em muitos aspectos, mas principalmente quando são inseridas na escola. O tema “educação inclusiva”, aponta que o processo de inserção das crianças especiais independente do campo em que estão inseridas, está longe de incluí-las de fato. Em seguida o presente trabalho aponta alguns aspectos legais que burocraticamente são consolidados e oferecem aparatos e direitos para esse público alvo da educação especial. Apresentando a seguir, o processo histórico da educação que foi construído e aperfeiçoado conforme as necessidades das crianças em cada período histórico, e que possibilitou o direito ao desenvolvimento de suas potencialidades. Este trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, a qual diversos autores abordam a respeito da inclusão na educação, dentre eles Mantoan. E, simultaneamente, para consolidar a respeito do processo burocrático e o tipo ideal estão os conceitos de Weber.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Burocracia. Sistema educacional

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze from Weberian perspective the inclusive education from the importance of the inclusion process of children with special educational needs, who, despite all the legal efforts, are still excluded in society in many aspects, but especially when they are inserted in school. The theme "inclusive education", points out that the process of insertion of special children regardless of the field in which they are inserted, is far from including them in fact. The present work points out some legal aspects that are bureaucratically consolidated and offer apparatuses and rights for this target audience of special education. Following is the historical process of education that was constructed and perfected according to the needs of the children in each historical period, and which enabled the right to the development of its potentialities. This work was carried out through bibliographical research, which several authors deal with regarding inclusion in education, among them Mantoan. And, at the same time, to consolidate about the bureaucratic process and the ideal type are Weber's concepts.

**Keywords:** Inclusive education. Bureaucracy. System educational



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

**CENESP** - Centro Nacional de Educação Especial

**FENAPAES** - Federação Nacional das APAES

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**NEE** – Necessidades Educacionais Especiais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PIBID** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

**PNEE** - Políticas Nacional de Educação Especial

**PPP** - Projetos Políticos Pedagógicos

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

[s.d] – sem data

[s.l] – sem local

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA MAX WEBER .....</b>	<b>15</b>
<b>2. CONCEITUANDO O TERMO INCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>3. O PARADIGMA DA INCLUSÃO ANALISADO A PARTIR DOS CONCEITOS WEBERIANOS.....</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso teve por mim a escolha do tema a inclusão educacional um cenário contraditório, por observar por meio dos estágios vivenciados na instituição escolar, e por intermédio da participação do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), presenciei situações de inclusão em sala de aula, por parte de alunos e professores. E pude compreender que o processo de inclusão educacional existe apenas nos documentos legais, que raramente são colocados em prática, passando por diversas contradições existente na escola, ou seja, o que se espera ser um processo de inclusão nas necessidades educacionais especiais, acaba sendo apenas um processo de integração do público alvo da educação especial ou com dificuldade no aprendizado, assim deparei com um cenário contraditório.

Diante dessa inquietação, comecei a analisar os fatores, e busquei compreender todo esse paradigma inclusivo através das análises em Max Weber, de como burocraticamente existe todo um aparato de documentos legais sobre a inclusão, que, no entanto, não é executado como deveria ser de fato, e quando executado parte desse problema se contradiz no sistema educacional, ou seja, na prática.

A educação inclusiva, ou até mesmo a inclusão da pessoa com necessidades especiais na sociedade passou por um processo histórico, que se desenvolve até hoje, por grandes dificuldades de adaptação e aceitação do sujeito que é diferente, o que demonstra que a sociedade e suas instituições, como a escola, precisam passar por modificações não somente na estrutura, no funcionamento das instituições, mas em todo o seu conjunto educacional.

Por conseguinte, é possível observar que, tanto a educação dos professores não os prepara o suficiente para ensinar esses indivíduos especiais, como as instituições não estão aptas de fato para conviver com tantas diferenças físicas e psíquicas de cada indivíduo, sendo eles ou não pessoas com necessidades especiais.

No cenário escolar, os alunos com NEE ou qualquer outro tipo de dificuldade em aprender, ficam “isolados” na sala de aula, tem monitores que os ajudam a aprender, talvez a aprender algo, mas nem todos os professores conseguem fazer com que alunos especiais interajam nas aulas, ou até mesmo com os colegas de sala.

Ainda hoje uma triste realidade presente no dia-a-dia na sociedade, nas instituições escolares, alunos são medicados sem diagnóstico adequados feito por profissionais, mas muitas vezes, talvez se a inclusão ocorresse de fato, a realidade seria bem diferente.

Todos têm direito à educação, que engloba a interação, ao desenvolvimento de suas capacidades, a fazer parte de um todo, não importando as diferenças ou suas dificuldades, que são pequenos laços especiais que fazem com que cada indivíduo possa ser único, e que merecem a oportunidade de superar suas dificuldades conforme o seu modo de aprendizado, de vida, e de adaptação social.

O paradigma da educação inclusiva, faz com que as crianças especiais e todos que com ela convivam, possam ter uma visão diferenciada de mundo, em que todos possam viver com as diferenças, sem deixar de lado o outro.

Na realidade social atual, o processo de inclusão está sendo executado nas escolas, e até mesmo na sociedade, porém, não são reconhecidos e valorizados como os demais, os indivíduos com alguma NEE continuam camuflados, e muitas vezes às margens da sociedade. É possível notar que ao observar os que possuem algum emprego, e ainda assim não se elevam de cargo, por mais que estejam presentes nas salas de aulas de escolas públicas ou particulares, ainda assim possuem monitores, e aprendem de forma separada dos outros alunos. Infelizmente uma lamentável condição existente ainda se perpetua na sociedade, laços que deveriam ser concretizados de forma igualitária, são tratados de maneira isoladas.

Desse modo o objetivo desse trabalho de conclusão de curso, é analisar mediante os conceitos discutidos por Weber, as ações individuais que interferem e estabelecem uma comunicação entre os sujeitos, que podem transformar o meio em que estão inseridos; diante dos aspectos burocráticos, analisados por Weber, busca compreender como o paradigma da inclusão está colocado nas instituições presente na sociedade, e como estão sendo inseridos os indivíduos com necessidades especiais dentro desse contexto social. Assim podendo refletir sobre alguns possíveis tipos ideais que podem ser concretizados para uma análise mais detalhada e aprofundada em pesquisa futura.

A escolha do tema inclusão na educação, analisada na perspectiva dos conceitos weberianos, tem como intuito apontar alguns aspectos existentes no cenário educacional que possam atravancar o processo de inclusão, pois crianças alvo da educação especial, hoje estão incluídas nas escolas regulares da rede pública.

No entanto, mesmo com todo recurso legal, que burocraticamente são estipulados pelo Estado, não está sendo de fato materializados como deveria ser, com professores não preparados para receberem de forma justa essas crianças especiais, há também a estrutura físicas das instituições que não são todas adequadas, e os recursos econômicos e políticos não são como de fato em documentos necessitariam ser.

Além disso, nota-se um sentimento de medo por parte dos profissionais da educação, frente aos desafios que inclusão traz a falta de vocação<sup>1</sup> dos professores para lidar com esse público especial presente na sala de aula, gerando esse sentimento de medo. E tal situação abre caminho para uma possível melhora nesse cenário, que seria à adequação no aprendizado da formação de professores especializados, para que aprendam lidar com os alunos com necessidades especiais.

E nessa perspectiva a pesquisa bibliográfica busca alguns vestígios que possam compreender o processo educacional inclusivo. Para isso foi organizado a pesquisa por meio de três capítulos, e consideração final. O primeiro capítulo, relata a concepção de educação discutida em Weber, sabendo que o autor não escreveu exatamente sobre educação, no entanto, os conceitos estudados e analisados pelo autor acerca dos indivíduos em sociedade, era a possibilidade de traçar alguns conceitos educacionais.

O segundo capítulo busca conceituar o termo inclusão, compreendo que a importância desse paradigma na sociedade, é exercido nas ações entre os indivíduos, ao incluir o outro dentro de um determinado espaço ou contexto específico. Para tanto foi traçado alguns períodos do processo histórico dos indivíduos com NEE, até chegar nos dias atuais, e como esse processo de inclusão passou a ser tratado legalmente, ou seja, mediante a documentos legais elaborados por grupos que visavam que todos os seres humanos deveriam ser tratados como iguais, mesmo com suas particularidades. Além disso busca apontar as diferenças existente entre inclusão e integração dos sujeitos com necessidade especiais, no contexto educacional. E como a instituição escolar insere esses indivíduos com NEE ou outras dificuldades dentro do muro das escolas.

O terceiro capítulo, trata do paradigma da inclusão analisado a partir dos conceitos weberianos. Nesse capítulo foi feita uma junção prévia dos dois capítulos anteriores, mas com um olhar diretamente para a questão burocrática que gira em torno do processo de inclusão na educação, retratando de forma sucinta como os documentos legais propiciam uma inclusão adequada, mas que, não é realizada como deveria, traçando um tipo ideal de educação inclusiva que possivelmente poderá ocorrer futuramente. Encerrando assim com as considerações finais.

Tendo em vista que a educação inclusiva não é algo fixo que deve estar somente em documentos, ou os indivíduos apenas inseridos nas escolas regulares, mas um processo e por isso, pretende-se não esgotar esse tema apontando conceitos concisos, mas demonstrar que

---

<sup>1</sup> Conceito Weberiano tratado na obra **Ciência e política – duas vocações**, 2005.

algumas possibilidades de mudanças que podem contribuir no processo de inclusão. A pesquisa é apenas um leve apontamento de verificação sobre a inclusão educacional e o apontamento de suas contradições.

A partir de agora adentraremos na concepção de educação para Weber, que mesmo não deixando escritos específicos sobre a educação nesta área, pode-se compreender diante dos conceitos estudados e analisados pelo autor em relação a educação e seus os indivíduos, o que possibilita traçar algumas perspectivas de análise sobre o tema deste trabalho.

## 1. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA MAX WEBER

Maximilian Carl Emil Weber, teórico sociólogo conhecido como Max Weber (1864 – 1920). Para ele a sociedade pode ser compreendida conforme as relações interpessoais entre os indivíduos. Segundo o autor os valores que são socializados e condicionados de maneira particular de cada sujeito, só são considerados ações sociais, ou ações em sociedade, quando interferem e criam uma dependência de relação mútua entre os indivíduos.

Antes de entender as concepções educacionais para Weber, é essencial entender a sociedade, para isso se faz necessário assimilar alguns conceitos de “ação social” exercida pelo sujeito. Logo, a sociedade pode ser entendida a partir das ações individuais que são exercidas simultaneamente, sendo essas ações de qualquer tipo, em que as atitudes particulares de cada indivíduo são direcionadas de um para o outro. Segundo Weber:

1. Ação Social (incluindo tanto a omissão como aquiescência) pode ser orientada para as ações passadas, presentes ou futuras de outros. Assim, pode ser causada por sentimento de vingança de males passados, defesa contra perigos do presente ou contra-ataques futuros. Os “Outros” podem ser indivíduos conhecidos ou desconhecidos, ou podem constituir uma quantidade indefinida. (WEBER, 2002, p.37)

Para analisar essas ações sociais, ou sociedade, o referido autor se utiliza da sociologia compreensiva, que é análise da sociedade a partir da ação social dos indivíduos, e essa ação social ocorre somente quando um indivíduo leva os outros em consideração no momento de tomar uma atitude, de praticar uma ação” (WEBER apud RODRIGUES, 2011, p.54).

Nesse aspecto os sujeitos são mais importantes do que a sociedade, Rodrigues (2011) escreve que Weber caracteriza a ação social, através de quatro tipos de ações sociais, podendo ser: ação tradicional, que é determinada por um costume, passando de geração em geração ou cultura; ação afetiva, que está vinculada ao afeto, pelo sentimento, motivada pela emoção; ação racional com relações a valores, os indivíduos carregam como importante na vida, e são coerentes naquilo que acreditam, valores esses passados pela família, pela moral e ética; ação racional com relação a fins, os indivíduos têm por objetivo conseguir alguma coisa que exige a escolha dos meios necessários para atingir seus propósitos. Dessa forma:

Por “ação” (incluindo a omissão e a tolerância) entendemos sempre um comportamento compreensível com relação a “objetos”, isto é, um comportamento especificado ou caracterizado por um sentido (subjetivo) “real” ou “mental”, mesmo que ele não seja quase percebido. [...] A ação que especificamente tem importância para a sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1. está relacionado ao sentido subjetivo pensando daquele que age com referência ao

comportamento dos outros; 2. Está codeterminado no seu decurso por esta referência significativa e, portanto, 3. Pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental (subjetivo). (WEBER apud RODRIGUES, 2011, 54).

Para Weber, ação social exercida pelo sujeito, não irá orientar-se apenas de uma ou outra dessas ações, e não se constitui de forma classificatória, podendo ser realizada simultaneamente por um indivíduo ou mais. Assim sendo, quando as ações individuais são exercidas sobre o outro, sempre se têm o retorno, dessa maneira os indivíduos conseguem se “relacionar” socialmente;

O termo “relação social” será usado para designar a situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nesses termos. A relação social consiste, assim, inteiramente na probabilidade de que os indivíduos comportar-se-ão de uma maneira significativamente determinável. (WEBER, 2002, p.54).

Conforme Weber (2002), as relações sociais constituem um conjunto de ações entre os indivíduos, compondo-se essencialmente na estrutura da sociedade as quais mantêm as interações dos grupos sociais. Podendo ser compreendidas de duas maneiras – através das relações sociais comunitárias que tem o fator afetivo existente entre os indivíduos; e as relações sociais associativas, que tem por finalidade alguns objetivos baseados na razão ou no interesse de ambos os sujeitos. Logo,

[...]Toda relação social que vai além da busca de fins comuns imediatamente atingíveis envolve um grau relativo de permanência entre as mesmas pessoas e tais relações não podem ser limitadas a atividades de uma natureza puramente técnica. (WEBER, 2002, p. 72)

A relação social, acontece quando os indivíduos levam em consideração o comportamento do outro em suas ações. A própria ação de cada sujeito está direcionada a fins dos quais se espera respostas do outro, desse modo o ato de reciprocidade exercida pelos indivíduos ao se relacionarem na sociedade se faz presente, sendo a relação social determinada pela concordância ou não do outro sujeito.

Quando Weber (2002) compreende a relação social é diferente do entendimento da ação social, portanto estão interligadas. Na ação social a percepção do sujeito em relação ao outro não importa suas características, já na relação social se faz necessário a divisão das ações. Logo, a relação social para o autor não é o encontro entre os sujeitos, mas a convicção de ambos nas ações, podendo ocorrer diversas possibilidades e riscos ao viver em sociedade.

Contudo, viver em sociedade para Weber (2004) é um processo de lutas diárias, em consequência disso, nota-se que a relação social para o autor não existe possibilidades de ser exercida sem a dominação de outro sujeito. Segundo o autor:



A “dominação”, como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo, é um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista. (WEBER, 2004, p.187).

Dessa maneira não existe e nem irá existir sociedade sem uma dominação, pois impõe sobre o indivíduo determinados comportamentos que devem ser obedecidos por meio de ordens que faz o sujeito estar exercendo suas próprias ações e vontades. Os padrões de comportamento/ou ordem que estão presentes na sociedade, acaba efetuando sobre o sujeito determinados padrões de escolhas que faz com que o próprio indivíduo acredite estará escolhendo livremente suas ações e comportamentos.

Esses padrões de comportamento de poder e dominação são exercidos nas diferentes esferas da vida social, que classificam os indivíduos conforme suas classes e status para se desenvolverem na sociedade. Weber afirma:

[...] poder a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base da qual esta oportunidade se fundamenta. (WEBER, 2004, p.191)

Ou seja, quando um indivíduo exerce sua vontade ou princípios sobre o outro sem ser questionado, esse está se submetendo a uma determinada força de poder. Nota-se que o autor entende por dominação, o fator de ter um dado conteúdo distinto que é obedecido por um grupo de pessoas. Sendo:

Por “dominação” compreendermos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”) e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência”). (WEBER, 2004, p.191)

Segundo Weber (1999) a burocracia é a mais bem estruturada forma de dominação legítima e racional, existente no Estado-moderno, que podem ser exercidas por três elementos;

1. As atividades normas exigidas pelos objetivos da estrutura governada burocraticamente dividem-se de forma estável como deveres oficiais.
2. A autoridade que dá as ordens necessárias para a alternância desses deveres é distribuída de forma estável e rigorosamente delimitada por normas referentes aos meios coativos, físicos, sacerdotais ou de outra espécie, do qual podem dispor os funcionários.
3. O cumprimento normal é continuado desses deveres, bem como o exercício dos direitos correspondentes, é assegurado por um sistema de normas; somente podem prestar serviços aquelas pessoas que, segundo as regras gerais, estão qualificados para tanto. (WEBER, [s.d.] p.9).

Elementos esses que fazem parte do governo público do Estado, a burocracia seria uma maneira de organizar os indivíduos na sociedade, para organizar e construir uma vida moderna e benéfica a todos. Assim:

[...]O fato de que a burocracia seja, tecnicamente, o meio de poder mais efetivo a serviço do homem que o controla, não determina a gravitação que a burocracia como tal pode ter dentro de uma formação social específica. (WEBER, [s.d.] p.67)

No entanto, esse processo de burocratização não corresponde de fato em diversas perspectivas sociais, e menos ainda corresponde e favorece qualquer indivíduo, vindo a beneficiar somente alguns setores sociais, privilegiando apenas uma camada da sociedade. Por outro lado Weber ([s.d]), discorre que a burocracia é o paradigma que devidamente foi manifestado na história da administração pública. Sendo tratada como a forma mais racional e capaz de ação mantida pelo governo, como a maneira, mas legítima e racional modo de dominação dos indivíduos.

Levando em consideração esses conceitos burocráticos discutidos por Weber ([s.d]), vale ressaltar ainda outro ponto essencial presente nas suas teorias, que é a questão da estratificação social. O modo pelo qual os indivíduos estão estruturados socialmente procura mantê-los de maneira coerente entre as relações sociais, ou seja, o modo em que os indivíduos estão divididos na sociedade em forma de classes sociais.

Logo, a estratificação é o modo como os indivíduos se apresentam dentro da sociedade em suas determinadas funções. Esse conceito de estratificação social tratado por Weber (1974) indica a existência das desigualdades sociais, assim as diferenças entre os sujeitos se classificam em determinadas posições que são mantidas na sociedade. E toda essa estratificação se perpetua por meio de poder que é exercido sobre os indivíduos, “entendemos por “poder” a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação.” (WEBER, 1974, p.211).

Sendo assim, a condição de estruturação de algumas ordens sociais atua na distribuição de poder, seja econômico, político ou social. Tanto o poder como a burocracia estão postas na sociedade, fazendo com que a estruturação social se distribuía dentro da comunidade para manutenção da mesma.

No sentido de entender o conceito de educação em Max Weber, é necessário, previamente, ter a compreensão de sua metodologia formada na criação de tipos ideais e o tipo de dominação legítima. O conceito de educação para Weber (1971), é realizado sob um método tipológico que conseqüentemente vem dos tipos de dominação legítima, e tanto um

como o outro são constituídos pelos tipos ideais, ou seja, tanto os tipos educacionais existentes como os tipos de dominação legítima foram construídos mediante aos tipos ideais.

Porém, a tipologia weberiana está fundamentada nas ações sociais, que são elementos importantes para se compreender os conceitos educacionais, e mais ainda, o seu impacto na educação inclusiva na modernidade.

Para Weber (1971), os tipos ideais são meios pelo quais os sociólogos utilizam para compreender a realidade, ou um conjunto de fenômenos que são analisados isoladamente, que possibilitará ordenar alguns aspectos unilaterais, que subsequentemente faz parte de um todo; construindo ações subjetivas que servem de instrumentos para analisar a realidade empírica, que não são analisados ou conceituados de maneira objetiva na realidade do indivíduo. Sendo a partir dessas concepções que Weber analisa e cria-se os tipos ideais.

Segundo Rodrigues (2011), afirma que para Weber, a educação é tida como parte essencial da sociedade moderna, pois é aquela em que os indivíduos são preparados para executarem determinadas funções na estrutura burocrática do Estado moderno, e conjuntamente da economia capitalista; desse modo, a burocratização e a racionalização torna-se para Weber a essência da sociedade capitalista.

Mediante a todo um processo burocrático e idealista, a educação vai se tornar um tipo ideal de conteúdos e disposições para o desenvolvimento e treinamento dos indivíduos que gerenciará as estruturas sociais e burocráticas do Estado, nesse requisito educacional, tanto público como privado, conforme as teorias weberianas essas instituições educacionais estão submetidas pela burocracia moderna.

Nesse aspecto Weber ([s.d]) observa que a burocracia atinge seu status legitimador nas instituições educacionais. Assim, a educação é reconhecida como um sistema de relação entre os indivíduos que os separam de forma a privilegiar a certos sujeitos ou estrato social. Portanto, a educação se torna um fator de estratificação social, que seleciona e prepara os indivíduos para permanecer com um determinado status, é um processo de socialização constante e de reprodução e manutenção do sistema capitalista.

Quando Weber (2002) escreve que a sociedade é racionalizada ele quer dizer que a sociedade existe porque há conjuntos de ações entre os indivíduos que mantêm a ordem e o funcionamento da sociedade. Portanto, a educação se torna uma racionalização de vida entre os sujeitos, com o objetivo de criar amplas possibilidades de aprendizado, que podem ajudar na convivência em conhecer a realidade e se adaptarem no meio social.

Além disso a educação tem a responsabilidade de preparar os sujeitos para viverem em sociedade de maneira racional, em que o Estado determina o que deve ou não ser ensinado, para que assim o indivíduo possa viver de maneira objetiva em seu meio social.

Por conseguinte, se pode verificar que Weber (1971) argumenta que a sociologia compreensiva, está direcionada nos contextos históricos, de valores de cada indivíduo, e analisa que cada sujeito possui uma determinada especificidade.

Assim Weber busca compreender a ação social do indivíduo, conforme os valores que são atribuídos à suas condutas. A partir dessa visão Weber tem como base o indivíduo em si, sendo que o coletivo não se constitui de valores em si ou porta valores que indiciam para determinados comportamentos ou ordem social, afinal os conceitos coletivos só poderão ser compreendidos sociologicamente a partir das relações que são determinadas pelas condutas das ações individuais.

É na educação que o indivíduo que está sendo dominado comporta-se pacificamente com as condições de submissão ao domínio burocrático que se permeia pela instituição educacional.

Para Max Weber,

As instituições educacionais do continente europeu, particularmente as instituições de ensino superior – as universidades e os estabelecimentos técnicos, escolas empresariais, escolas superiores e outros centros de graduação terciária e média – encontra-se dominadas e influenciadas pela exigência do tipo de “educação” que determina um sistema de exames especiais e pela perícia cada vez mais necessária para a burocracia moderna. (WEBER, [s.d.] p. 79)

Observa-se na análise feita pelo autor sobre a formação educacional da Europa, que essas instituições são objetivamente um processo de “formação cultural” do indivíduo que irá trabalhar na sociedade moderna, e por isso devem inseri-lo e prepara-lo para a sociedade.

Para se efetuar toda uma análise social, e para entender os conceitos individuais existente, Weber (1999) criou tipos ideais que facilitam ao pesquisador compreender os conceitos construídos de cada sujeito, e não do objeto de estudo. Segundo Weber:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p. 106).

Segundo Rodrigues (2011), Weber pensa a educação, a partir de três tipos ideais característicos ao educar os indivíduos sendo eles, o “despertar carismático, pedagogia do cultivo e pedagogia do treinamento” (RODRIGUES, 2011, p.66). O primeiro tipo ideal é o

despertar carismático no indivíduo, envolve carisma naquilo que ele mesmo já possui, está internalizado dentro dele, dando a chance de ser o que deseja, o fato de educar o indivíduo significa despertar o dom que está dentro do sujeito, de modo inato.

O segundo tipo ideal, é a educação que prepara o aluno para uma conduta de vida, é aquela educação tradicional, que está presente na cultura ou no grupo social do qual o indivíduo vive, desde o jeito de agir de si mesmo, tanto como as ações viventes dentro do grupo que pertence, que irá determinar condutas de comportamento para viver em sociedade, sendo o sujeito moldado dentro das concepções sociais.

E o terceiro tipo é a educação que transmite um conhecimento especializado, ou seja, é a educação que promove o ensino do indivíduo em executar determinadas funções na sociedade, formar indivíduos que pertenceram a uma determinada burocracia, tendo acesso a saberes considerados como específicos na estrutura social.

Assim, Weber compreende que a educação é importante na vida dos indivíduos, pois possibilita a compreensão de que o indivíduo está politicamente ligado e controlado pelo seu meio, e pelo o Estado. Ao educar o sujeito, o Estado tem o objetivo de propiciar todo um currículo a ser ensinado pelo professor, para que assim os indivíduos criem novos laços na sociedade através da educação, para exercerem sua função social. Sendo a educação usada como mecanismo de obtenção de status e avanço social.

Ainda convém lembrar que antes dos indivíduos exercerem determinadas ações sociais, existe um fator que está presente no requisito educacional, atrelado ao seu sentido burocrático, em que as capacitações desenvolvidas ao longo do ensino-aprendizagem, são reconhecidas em um pedaço de papel, que simbolizam o mérito do sujeito em ser qualificado com certificado. Segundo o autor:

A burocratização do capitalismo, com a sua exigência de técnicos, empregado etc., com uma educação perita, introduziu estes exames no mundo inteiro. Esta expansão recebe um impulso complementar devido ao prestígio social dos diplomas educacionais obtidos por meio desses exames especializados. Isto intensifica-se a medida que o diploma educacional é trocado por vantagens econômicas. (WEBER, [s.d.] p.81)

Sendo a busca pela qualificação profissional, se perpetua pela razão de reconhecimento educacional, gerando uma “concorrência” por títulos acadêmicos, técnicos que acabam sendo utilizados como licença para entrar nos vínculos sociais mais reconhecidos economicamente e socialmente.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a burocratização, o ensino e a educação especializada têm o papel importante em desenvolver sujeitos aptos para exercerem as

funções designadas a eles, além de elevar o nível profissional, os diplomas dos cursos superiores, técnicos, servem como forma de qualificação e separação dos indivíduos dentro dos setores privados e públicos. Sendo para Weber,

O prestígio social que deriva de uma educação e instrução específicas não é de modo algum próprio da burocracia, pelo contrário. Mas em outras estruturas de poder, o prestígio educacional mantém-se em bases essencialmente diferentes. Falando na forma de consigna publicitária, o “homem culto” e não o “especialista” tem sido o objetivo da educação e constituiu o sentido da consideração social em estruturas tão diversas quanto os estamentos de poder feudal, teocrático e patrimonial [...] (WEBER, [s.d.] p.83)

Por conseguinte, os dois conceitos pedagógicos educacionais analisados por Rodrigues Tossi (2011), segundo estudos em Weber, a pedagogia do cultivo e a pedagogia do treinamento.

Weber, apud Rodrigues

[...]chama pedagogia do cultivo. Ela procura formar um tipo de homem que seja culto, onde o ideal de cultura depende da camada social para o qual o indivíduo está sendo preparado, e que implica em prepará-lo para certos tipos de comportamento *interior* (ou seja, para a reflexividade) e *exterior* (ou seja, um determinado tipo de comportamento social). (p.66)

Essa pedagogia do cultivo tem por objetivo, preparar os indivíduos culturalmente para obter o status social onde vive, despertando no sujeito comportamentos que objetivam uma determinada postura na sociedade, em outros termos uma educação humanista que se explica melhor no texto *Os Letrados Chineses*<sup>2</sup>.

Sabe-se que nos escritos weberianos não são tratados nada especificamente que fale da educação, no entanto, compreende-se através de suas análises que a educação prepara o homem para viver em sociedade, por meio do processo de racionalização da vida que lhe foi posta. Segundo Rodrigues:

A lógica da racionalidade, da obediência à lei e do treinamento das pessoas para administrar as tarefas burocráticas do estado foi aos poucos se disseminando. Na formação do Estado moderno e do capitalismo moderno, que são inseparáveis um do outro, Weber dá especial atenção a dois aspectos: de um lado, a constituição de um direito racional, um dos pilares do processo de racionalização da vida, e de outro, a constituição de uma administração racional em moldes burocráticos. O direito racional oferece as garantias contratuais e a codificação básica das relações de troca econômica enquanto o desenvolvimento da empresa capitalista moderna oferece o modelo para a constituição da empresa de dominação política própria do capitalismo, o Estado burocrático. (RODRIGUES, 2011, p.64).

---

<sup>2</sup> WEBER, Max. Ensaios de Sociologia – *Cap. XVII Os letrados Chineses*, p. 471.

Para Weber a instituição escolar é apenas reprodutora de tudo que está fora dos seus muros, ou seja, tudo o que está posto na sociedade, e mantido pelo Estado, a escola tem o dever de adequar, e preparar o indivíduo para continuar vivendo com o mecanismo de busca por ascensão social e para obter status privilegiados, no entanto de forma qualificada, sendo uma educação racionalizada. Por consequência,

Weber via na pedagogia do treinamento imposta pela racionalização da vida, o fim da possibilidade de desenvolver o talento humano, em nome da preparação para a obtenção de poder e dinheiro. A racionalização é inexorável, invencível, e a educação especializada, a lógica do treinamento, para Weber, também é. Para ele, não há nada que se possa fazer a respeito. (RODRIGUES, 2011, p.69).

Sendo assim, a educação é uma das maneiras primordiais para que o indivíduo seja dominado, obediente, capacitado para torna-se um sujeito de “ordem” e preparado para o mercado de trabalho, desenvolvendo assim uma função adequada e qualificada na sociedade.

Desta maneira, a educação para Weber perde o sentido próprio de seu conceito de ensinar-aprender, e passa a ter o objetivo de desenvolver técnicas humanas, por consequência do crescimento dos fatores burocráticos, da racionalização, da dominação do Estado, busca sujeitos cada vez mais especializados e preparados para as corporações capitalistas, uma busca apenas pela ascensão social de riqueza material e não a busca de liberdade de autonomia do indivíduo.

Nesse aspecto, pode-se compreender que o fator ensinar e aprender está sendo exercido pelo professor frente aos seus alunos, Weber (2005) destaca em uma de suas obras “A ciência como vocação”, o conceito de que o professor é o sujeito que vende o seu conhecimento em troca de dinheiro, que simultaneamente está vendendo aos alunos regras de conduta de vida e especializando-os para o meio econômico.

Ou seja, o professor ao ensinar e desenvolver um certo conhecimento científico a mais que o aluno possui, tem a responsabilidade naquilo que o aluno aprenderá e desenvolverá no meio social, porém é preciso obter clareza e deixar de lado seus princípios, o professor precisa agir com neutralidade ao ensinar, visto que tudo que o professor fala e ensina acaba sendo recebido pelo aluno como algo correto.

Assim sendo, a prática do professor pode se conceituar em três quesitos para Weber (2005), o primeiro sendo na quantidade de conhecimento “que nos permitem dominar tecnicamente a vida por meio da previsão, tanto no que se refere à esfera das coisas exteriores como ao campo da atividade dos homens”. O segundo são as linhas de raciocínio, “métodos de pensamentos, isto é, os instrumentos e uma disciplina”, ou seja, o caminho

científico que o professor segue ao ensinar. E a terceira seria a condição que “a ciência contribui para a clareza”. (WEBER, 2005, p. 45)

Para Weber (2005):

A ciência é, atualmente, uma “vocação” alicerçada na *especialização* e posta a serviço de uma tomada de consciência de nós mesmo e do conhecimento das relações objetivas. A ciência não é produto de revelações, nem é de graça que um profeta ou um visionário houvesse recebido para assegurar a salvação das almas; não é também porção integrante da meditação de sábios e filósofos que se dedicam a refletir sobre o sentido do mundo. (WEBER, p. 47).

Dessa maneira, tradicionalmente, a escola se singularizou sempre por uma visão de educação que circunscreve um ensino formal que privilegia grupos minoritários, assim as práticas educacionais contribuem para a reprodução da ordem social. No processo de socialização da escola, começa a ficar evidente a inclusão e exclusão de indivíduos que estão fora dos requisitos impostos pela sociedade.

Uma sociedade em que mesmo com ampla oferta de educação para a maioria da população, ainda assim encontra-se uma parcela de sujeitos fora da instituição escolar ou marginalizados dentro dela, o que mantém uma sociedade muito desigual, com grande parcela dessa população marginalizada socialmente. Mas, é possível vislumbrar, que pode haver buscas de soluções para esse problema da inclusão social e a inclusão educacional, que não seria necessária se essa ordem de fragmentação social não estivesse sendo mantida por status de qualificações adequadas como o Estado espera.

Assim no próximo capítulo será tratado sobre a história do paradigma da inclusão, perpassando rapidamente pelos momentos de medicalização, integração e inclusão.



## 2. CONCEITUANDO O TERMO INCLUSÃO

A interação entre os indivíduos que adquirem uma educação formal, é influenciada na construção de uma realidade social, além dos muros da escola; se sabe que na concepção weberiana a escola tem por objetivo uma educação racional, em que as crianças passam a conviver com outras crianças, assim uma interfere na vida da outra, convivendo com diferenças entre si, a educação para Weber (citado por Rodrigues 2011) não apenas tem o papel de formar um indivíduo integrado socialmente, mas que a educação foi pensada para que o indivíduo seja preparado para realizar determinadas tarefas na sociedade que está cada vez mais racionalizada, burocratizada e estratificada.

Na sociedade encontra-se presente diversos tipos de indivíduos, aqueles com necessidades educacionais especiais, com dificuldades em aprender, se desenvolver, e exercerem qualquer função na sociedade. Para isso a escola passa adquirir um papel de fundamental importância na vida desses indivíduos, que é prepará-los e incluí-los na sociedade, e por isso é preciso o fator de inclusão desses indivíduos no ambiente educacional e social.

Primeiramente é de fundamental importância entender que inclusão é um processo de exercer uma ação de incluir e adequar a realidade a esse indivíduo, realidade material e humana, e se incluir acima de tudo. Dentro de um determinado espaço ou contexto específico. Muito se houve falar no termo de inclusão social, inclusão educacional, geralmente este conceito de incluir se faz presente em relações entre os indivíduos em que suas minorias são deixadas de fora de certos benefícios sociais.

Do ponto de vista social, a inclusão significa a inserção dos indivíduos pertencentes a uma sociedade, não importando sua origem, suas capacidades físicas ou psíquicas e, de sua condição financeira, não importam qual condição o sujeito esteja posto, será incluído no todo social. E, para a educação, e de acordo com Freire:

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem das competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. (FREIRE, 2008, p.1)

Na sociedade para que o processo de inclusão seja alcançado, é preciso que exista adaptações físicas, legais e de consciência, que forneçam meios acessíveis para desenvolver um estilo igualitário a todos. Assim o sentido de incluir pode garantir a essa minoria um trabalho, saúde, moradia, segurança, educação e outras situações que auxiliam para que toda sociedade se desenvolva de maneira organizada, que cada indivíduo desenvolva o seu papel social em um determinado momento.

Talvez seja difícil definir em um único conceito o que é inclusão, nesse contexto da pesquisa, busca-se compreender especificamente a inclusão educacional, e para tanto, se faz necessário entender brevemente como esse processo ocorreu na história até chegar nos dias atuais.

Primeiramente é necessário compreender do que se trata uma “educação inclusiva”; De acordo com Rodrigues (2000) é a maneira pela qual se olha o outro com suas dificuldades e singularidades, e quais atitudes se tem frente à tantas diferenças presentes na sociedade. Para o autor:

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (p. 10)

A educação inclusiva traz a concepção de que todas as crianças podem e tem o direito à educação nas mesmas instituições de ensino que as crianças sem NEE, para que possam aprender juntas e sem que a instituição escolar exija requisitos para que essas crianças sejam selecionadas para estudar. A escola teria que garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, sendo elas parte ou não do público alvo da educação especial.

Historicamente essa percepção do indivíduo com NEE é bastante recente, pois geralmente essas pessoas, quando nasciam eram abandonados, perseguidas e mortas, por serem consideradas incapazes e não terem condições de viverem como parte da sociedade em que estavam inseridas. Sempre estiveram segregadas, e independente da época histórica, esse público era excluído da sociedade.

De acordo com Miranda (2003), nos primeiros registros históricos encontrados acerca da era pré-cristã, as pessoas com NEE, e com doenças incuráveis eram negados e maltratados, no período da Antiguidade essas pessoas foram abandonadas e eliminadas da sociedade por não se enquadrarem a um padrão estético de saúde e beleza, eram vistos como aberrações.

Mais tarde, na Idade Média, com o cristianismo, começaram a ser vistas como criaturas divinas e que não poderiam ser abandonadas ou maltratadas por possuírem alma, porém houve momentos em que foram vistas como seres amaldiçoadas e com isso era preciso eliminá-los. Um período marcado por contradições, pois ao mesmo tempo eram protegidos, podiam ser eliminados, o que demonstra a ausência de aspetos legais que amparassem esses indivíduos, que eram relegados a julgamentos subjetivos e morais.

Ainda de acordo com a autora supracitada, por meados do século XVI houve uma direção na perspectiva do olhar sobre as pessoas com NEE, passando do conceito moral para o conceito médico. Assim elas passaram a ser tratadas como doentes, podendo ser “curadas” com as medicalizações e tratamentos, estando integradas a um sistema que os tratavam e cuidavam como doentes. Mas essas pessoas continuaram abandonadas, isoladas da sociedade, dependentes exclusivamente da atenção da família, e nenhuma do governo.

Segundo Pessotti (1984),

Já não se pode, justificadamente, delegar à divindade o cuidado de suas criaturas deficitárias, nem se pode, em nome da fé e da moral, levá-las à fogueira ou às gales. Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa em educá-lo. A opção intermediária é a segregação; não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença. (p. 24)

Sendo dessa forma o público alvo da educação especial hoje, eram são isoladas da sociedade, colocando-os em hospitais, hospícios ou prisões, para que assim as pessoas “normais” não fossem incomodadas pelos diferentes, pois fugiam de todo padrão e toda a regra social.

Segundo Miranda (2003), no século XVIII e XIX, começou a criar-se instituições que ofereciam às pessoas com necessidades especiais uma educação diferente, conforme as suas necessidades específicas. Assim um novo modelo educacional passa a existir e passa a ser chamado de Educação Especial, que foi criado pelos médicos que tratavam as pessoas consideradas deficientes<sup>3</sup>. A educação voltada para essas pessoas teve uma grande contribuição de Itard (1774-1838) médico francês que foi responsável pelo caso mundialmente conhecido como “Selvagem de Aveyron”. Esse conceito de educação adaptado ao caso foi mais assistencial do que educacional.

---

<sup>3</sup> Não se usa mais esse termo atualmente, mas sim público alvo da educação de pessoas com necessidades especiais ou pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE)

Segundo Jannuzzi (1992), a educação especial no Brasil foi conceituada no período imperial em 1841, quando foi fundado o primeiro hospital para o “tratamento dos alienados”, titulado como *Hospício de Dom Pedro II*, foi o primeiro hospital a abrigar e oferecer assistência à esse público. Dom Pedro criou outros institutos como o dos Meninos Cegos (1854), Instituto dos Surdos-mudos (1857), e o Hospital de deficientes mentais em 1858. Contudo, ao analisar a história da educação no Brasil, nota-se que houve um processo tardio de reconhecimento dos indivíduos NEE, pois somente na metade do século XIX é que as instituições começaram a serem criadas no país.

De acordo com Miranda (2003) no ano de 1954 foi criado no Brasil a APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais, após a visita de uma diplomata norte-americana Beatrice Bemis e sua filha com síndrome de down. Com o depoimento de Beatrice, um grupo de cidadãos formados por pais, professores, médicos e amigos criaram a associação APAE, e depois da criação da APAE no ano de 1962, criou-se a FENAPAES (Federação Nacional das APAES), sem fins lucrativos, e certificada como beneficente de assistência social, com função assistencial e educacional e, a missão de promover e articular ações que favorecem os direitos dessas pessoas. Em 1973, o MEC criou o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) que tem como responsabilidade a educação especial no Brasil.

E em 1988 a Constituição Federal brasileira, passa a incluir as pessoas com NEE, na educação escolar. Tanto as crianças com necessidades especiais como as instituições sociais precisavam adaptar-se uns aos outros, respeitando assim as diferenças. Consequentemente o reconhecimento sobre as diferenças humanas passou a ser reconhecida e, a partir de então, no Brasil, foram constituídas as legalizações sob influência dos movimentos em prol dos direitos humanos em todas as extensões da sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, decretada em 1948, pela ONU (Organização das Nações Unidas), representou um avanço de grande importância na emenda dos direitos humanos e na proteção legal do certame à discriminação, ou seja, os direitos humanos exercem a função política pública de proteger os grupos sociais minoritários, restabelecendo direitos básicos de sobrevivência na sociedade. Sendo estipulado no “artigo 1º: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Nesse sentido todos os seres humanos são iguais, não importando as condições físicas ou qualquer distinção de raça, cor, gênero, etc.

Ainda na Declaração dos Direitos humanos (1948), foi instituído o artigo vinte e cinco, voltado para as pessoas com NEE, que eram tratadas como “inválidas”, o seguinte requisito:

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social. (GUGEL, [s.d])

É nesse contexto histórico que começa a ter uma importância maior as pessoas com NEE. Os direitos humanos foram construídos mediante aos processos históricos em que a humanidade vem vivenciando, considerando que os indivíduos mudam e se adaptam conforme o contexto histórico em que se instaura. Se nos antigos registros históricos verificasse diversas práticas de segregação como escravidão, genocídio e exclusão, com os direitos humanos abriu-se novas perspectivas de reconhecimento sobre os indivíduos considerados como minoritários, e que passam a obter os seus direitos de cidadão comum.

Com os direitos humanos a educação passa a ser de fundamental relevância aos indivíduos, e ainda foi reconhecido os mesmos valores humanos nas pessoas com NEE, nesse instante em que o valor humano passa a ser o mesmo para todos, não houve mais sentido em oferecer condições de aprendizagem segregadas e excludentes para essa minoria.

Passando a ser necessário pensar um modelo educacional que abranja a todos, independentemente de suas condições de aprendizagem, e que por isso foram construídas escolas e classes especiais, dentre outras instituições que possibilitaram as pessoas com NEE terem acesso à educação, sendo considerado um período de integração; Segundo Rodrigues (2006), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ tem que adaptar”. Ou seja, ao invés da escola se adaptar às necessidades da criança, era a criança que deveria se adequar aos padrões estipulados na escola.

Nesse modelo educacional, pautado pelo paradigma de integração, ao inserir os alunos especiais na sala de aula regular, não garantia o seu desenvolvimento, pois ainda assim continuavam sendo discriminadas pelas suas condições especiais e pela falta de recursos físicos e humanos, além de todo o preconceito existente. Segundo o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Educação Especial (1998):

A integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra esse seguimento populacional, mas também era muito pouco para

propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades. (BRASIL, 1998, p.55)

Integrar não é apenas inserir o público alvo da educação especial em sala de aula, mas oferecer a ele condições básicas de aprendizagem, que serão capazes de propiciar o seu desenvolvimento. E por isso, a integração dessas crianças com NEE, fez com que elas permanecessem excluídas, apesar de ocuparem o mesmo espaço que as demais crianças sem necessidades especiais.

O programa de capacitação (1998), destaca que ao inserir as crianças com NEE, “significa inserir no ambiente o menos restritivo possível, atendendo às características pessoais de cada aluno, suas potencialidades e limitações”. (BRASIL, 1998, p. 47).

Para ilustrar bem a diferença entre o Paradigma da Integração e Inclusão, segue um quadro elaborado pela Secretaria Estadual e Desenvolvimento Social de Minas Gerais, em uma de suas conferências, conforme o quadro nº1:

Quadro nº1 – Diferenciação entre Integração e Inclusão

Inclusão	Integração
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular)	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares)
Exige rupturas nos sistemas	Pede concessões aos sistemas
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; TODAS ganham)	Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a idéia de que elas “ganham” mais)
Exige transformações profundas	Contenta-se com transformações superficiais
Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS	Pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes
Defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência	Defende o direito de pessoas com deficiência
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS	Insere nos sistemas os grupo de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.)	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.)
Valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.)	Como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex.: surdos se concentram melhor, cegos são excelentes massagistas etc.)
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção
Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador

A partir da certeza de que TODOS somos diferentes, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais”, o que existe são pessoas com deficiência.	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação como a Libras. Seríamos um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência rodeado pelas que apresentam diferenças.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: ([http://www.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/inclusao\\_integracao.pdf](http://www.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/inclusao_integracao.pdf))

Atualmente, depois do paradigma da inclusão, no campo educacional, legalmente todos tem direito ao desenvolvimento absoluto, contudo os aspetos legais educacionais em prol a inclusão começaram a obter propostas legais maiores que obteve avanços no ano de 1994 com a elaboração da Declaração de Salamanca, um documento em que seu foco principal é a criança com NEE, criado após a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais (NEE), concretizada nos dias 07 e 10 de julho de 1994, na cidade de Salamanca (Espanha). Essa declaração teve por objetivo primordial lidar com as políticas e práticas na área das NEE, ao qual constata que uma escola inclusiva é aquela que se preocupa em modificar a visão discriminatório de um sujeito para o outro. Segundo a UNESCO (1994),

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes descri minatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994, p.1)

A Declaração de Salamanca, aponta os princípios de uma educação especial direcionados às crianças, apresentando propostas, direções, e recomendações sobre a Estrutura de Ações em Educação Especial, que estão organizadas em subitens abaixo:

[...]II. Orientações para a ação em nível nacional:

- A. Política e Organização
- B. Fatores Relativos à Escola
- C. Recrutamento e Treinamento de Educadores
- D. Serviços Externos de Apoio
- E. Áreas Prioritárias
- F. Perspectivas Comunitárias
- G. Requerimentos Relativos a Recursos (MEC/SEESP [s.d.], p.4)

A partir desse novo paradigma da inclusão, a escola deve se adaptar a esses indivíduos, incluindo não apenas crianças com necessidades educacionais especiais tanto no

aspecto físico como no intelectual, mas que tenha qualquer dificuldade no desenvolvimento e no aprendizado.

Para possibilitar o acesso de pessoas com NEE no aspecto físico, toda escola deve eliminar suas barreiras arquitetônicas, ou seja, se adaptar fisicamente para o acesso de indivíduos com alguma NEE, como por exemplo um cadeirante, tendo ou não o público alvo da educação especial matriculados no momento (Constituição Federal, Leis 7.853/89, 10.048 e 10.098/00), a instituição precisa ser adaptada para receber todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 corresponde o ponto mais importante sobre a inclusão em termos legais; sendo através da LDB que o sistema de educação brasileira passou a ser definido e regulamentado, e mostrar as condições das normas tanto para educação básica como para a educação superior e também para a modalidade de ensino de educação especial. O processo de inclusão na educação é um processo longo, e feito de forma conjunta, envolvendo a sociedade, família, a escola, de acordo com as limitações e as dificuldades com que diversas crianças especiais necessitam para interagirem educacionalmente.

A inclusão é simultaneamente um processo de forças para incluir, resolver problemas e encontrar soluções tanto afetivas como sociais para todos os indivíduos, para que possam se relacionarem sem obstáculos diante de suas diferenças. Segundo Sasaki:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (1997, p. 42).

O processo de inclusão é utilizado como uma espécie de “alavanca” em que todos passam a olhar o outro como capaz, dentro de suas potencialidades, mesmo com diferenças, e na instituição educacional é o espaço onde isso deve se concretizar, nesse espaço que os indivíduos vivem boa parte da vida é que se criam vínculos de amizade durante todo o crescimento pessoal.

Segundo Carvalho (1999):

Além de considerar as diferenças entre esses níveis, ressalta que é preciso vê-los não como entidades estanques, mas como processos que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente no tempo. A natureza de uma interação ou de uma relação dependem de ambos os participantes. Ao mesmo tempo, o comportamento que os indivíduos manifestam, em cada interação, depende da natureza da relação, a qual, por sua vez, é influenciada pelo tipo de grupo a que está relacionada. Assim, cada um desses níveis não só influencia o meio físico e o sistema de idéias, mitos, valores, crenças, costumes e instituições presentes no grupo social que o autor



denomina de estrutura sociocultural como também é modificado por eles. (CARVALHO, 1999, p.72-73).

Sendo assim, o processo de inclusão dos indivíduos com necessidade especiais nos ambientes escolares com outros indivíduos dependerá das relações de convivência de ambos, podendo estar incluídos de forma igualitária; como também toda estrutura da instituição escolar deve estar apta para receber esses alunos especiais, e por isso se faz necessário também capacitar os professores. Existe todo um conjunto que, simultaneamente se faz necessário para essa mudança, desde os aspectos legais e condições econômicas, como mudanças no pensamento ético, para a inclusão desses indivíduos.

É indiscutível que o paradigma de inclusão escolar se constitui de um amplo conceito a ser compreendido, segundo Mantoan (2003) tem como concepção que a educação inclusiva tem por obrigação apoiar todas as pessoas sem exceção, respeitando as desigualdades existente em cada sujeito, assim assegurando a todos uma educação de qualidade que atenda indistintamente a todos. A educação inclusiva refere-se à ação de incluir na sala de aula qualquer criança que possua algum tipo de deficiência ou transtornos de desenvolvimento.

No ano de 2008, o Ministério da Educação estabeleceu a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que tem por objetivo o fundamento da concepção dos direitos humanos e incentiva a reversão do processo histórico de exclusão educacional e social, o qual responsabiliza as instituições educacionais se adequarem para incluir aos alunos com necessidades, ou com alguma outra diferença física, biológica, social, cultural, intelectual. Foi elaborado por um grupo de educadores, dentre eles Maria Teresa Egler Mantoan, da Unicamp.

Essa política é um marco histórico, pois garante e compreende que o processo educacional pertence a todos, e que todas crianças necessitam estar na escola sem serem discriminadas, sem restrições, e limitações em função ou não de suas NEE. De acordo com Mantoan:

É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. (MANTOAN, 2003, p.8)

Ou seja, é função da escola mudar o projeto educacional em prol das necessidades dos alunos. Para Mantoan (2003), não é visto hoje claramente o direcionamento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) em favor das necessidades específicas dos alunos, pois ignoram de fato as reformas nas políticas. Nas escolas atuais, observa-se que crianças tem currículos

adaptados, avaliações adaptadas, quando fica claro no conjunto do PNEE (Políticas Nacional de Educação Especial<sup>4</sup>), que o currículo educacional é o mesmo para todos. Sendo assim:

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. (MANTOAN, 2003, p.9)

A criança precisa ter em sua formação o principal desígnio desenvolvido na escola partindo de suas capacidades, sem ser necessário facilitar a adaptação como se ela não soubesse nada ou fosse totalmente incapaz, pelo contrário se faz necessário uma igualdade desde as ferramentas de acesso até o processo de desenvolvimento participativo com os outros.

Outro fator agravante é que muitas vezes, diante da dificuldade de aprendizado, que possui inúmeras causas, inclusive social, que demandam mudanças políticas e econômicas, muitas crianças são atestadas neurologicamente deficientes ou com transtorno e com isso ocorre a medicalização nas crianças, ao invés de mudanças estruturais.

Para Moysés (2004), faz alguns anos que quando um aluno tem um tempo ou um jeito diferenciado em desenvolver-se no processo de ensino-aprendizagem, precipitadamente são levados pelos pais, por indicação dos professores à profissionais especializados que diagnosticam as crianças com algum distúrbio, seja hiperativo, déficit de atenção, dislexia, entre outros. Tal postura, acaba transferindo para a criança a responsabilidade sobre o seu desenvolvimento a partir do uso de medicalização, sendo que, muitas vezes, o problema se encontra no sistema educacional e social.

Segundo Moysés (2001), a medicalização é uma expressão que define um problema que não é médico, no sentido biológico do indivíduo, mas que acaba sendo tratado como fator biológico, obtendo uma causa médica e uma solução médica, ou seja, nega-se as questões e problemas políticos e sociais, e transfere a responsabilidade para o indivíduo, o seu fracasso. Este por sua vez, é justificado com frases feitas, como: “não pára sentado em sala de aula; não presta atenção; que tem dificuldade em aprender” - sem ao menos questionar e analisar todo o contexto que a criança vive.

Segundo Collares e Moysés (1994) a medicalização demonstra que:

---

<sup>4</sup> MEC/SECADI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>

[...] processo de transformar questões não médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas [...]. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p. 25).

Essa biologização de problemas sociais se opõe ao modelo de paradigma da inclusão. A partir desse conceito, entende-se que os indivíduos são responsáveis por suas atitudes, e por seu destino, não tendo interferência alguma do sistema social, político e econômico. No contexto escolar quando uma criança não desenvolve a aprendizagem a culpa é atribuída a ela ou ao professor, e não ao sistema ao qual ela faz parte, o problema se encontra nela, sendo assim diagnosticada e medicalizada.

O método de medicalizar as crianças têm ocasionado a transformação de fenômenos sociais, históricos- culturais em aspectos médicos ou biológicos através de análises isoladas que reduzem fatores externos aos indivíduos. Sendo assim, auxilia na fabricação e invenção de patologias de diferentes formas para controlar os transtornos de comportamento e aprendizagem da criança, ao invés de se solucionar os problemas sociais. Para Moysés e Collares (2013):

Vivemos a Era dos Transtornos. Uma época em que as pessoas são despossuídas de si mesmas e capturadas-submetidas na teia de diagnósticos-rótulos-etiquetas, antigos e novos, cosmeticamente rejuvenescidos ou reinventados. (p.44)

Em consequência disso os fatores biológicos ou psicológicos são mantidos como maneira que determinará os padrões de comportamento vivenciados na escola ou na sociedade. A circunstância social, cultural e histórica na qual o indivíduo está inserido não é considerada como parte de sua formação. “O processo de medicalização naturaliza a história” (MOYSÉS; COLLARES, 2010, p. 72).

Quando se medicaliza uma criança é porque ela foi diagnosticada como fora dos padrões normatizadores da sociedade, e suas atitudes na sala de aula como hiperatividade, dificuldade em aprender fogem da normalidade que professores e os pais, e sociedade como um todo, esperam.

De acordo com Souza (2002):

A concepção teórica que nos permite analisar o processo de escolarização e não os problemas de aprendizagem desloca o eixo da análise do indivíduo para a escola e o conjunto de relações institucionais, históricas, psicológicas, pedagógicas que se fazem presentes e constituem o dia-a-dia escolar. Ou seja, os aspectos psicológicos são parte do complexo universo da escola, encontrando-se imbricados nas múltiplas relações que se estabelecem no processo pedagógico e institucional nele presentes. Tal concepção rompe com as explicações tradicionais sobre o fracasso escolar, mudando o foco do olhar de aspectos apenas psicológicos para a análise do indivíduo e suas relações institucionais. (p.191 – 192).

Comparada à ideia da presença de dificuldades ou transtornos no requisito de aprendizagem e de comportamento criam-se justificativas para o fracasso escolar como resultado das atitudes implícitas no próprio aluno. E são essas patologias que fazem com o que o aluno mantenha o foco nos estudos, aprendendo e desenvolvendo a educação escolar, no entanto é um processo do qual essas crianças acabam crescendo depressivas, com transtornos maiores ainda na vida futura.

Desta maneira, o processo de medicalização aproxima mais a normatização de medicalizar e integrar, ao invés de proporcionar uma real alteração na sociedade que possibilite a implantação de um novo paradigma inclusivo, além de todos os problemas que já enfrenta.

O capítulo a seguir tratará do modelo de inclusão analisado a partir dos conceitos weberianos, em que será realizado uma prévia junção dos capítulos anteriores, possibilitando uma compreensão da existência ou não do paradigma da inclusão na educação e possíveis caminhos para a superação das dificuldades existentes.

### **3. O PARADIGMA DA INCLUSÃO ANALISADO A PARTIR DOS CONCEITOS WEBERIANOS**

Paradigma da inclusão, a partir da sociologia weberiana, pode ser considerado um tipo ideal e podemos notar a distância que a realidade se encontra dele.

Em virtude de todo processo burocrático legal citado no capítulo anterior, observa-se que o Estado, ao longo do processo histórico do modelo inclusivo, nota-se que a inclusão escolar está relacionada diretamente às ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais. Na perspectiva Weberiana, houve a necessidade de uma adequação dos meios estruturais e legais aos indivíduos com NEE, foi preciso transformar todo o processo histórico social conforme a formação da humanidade.

Segundo Weber ([s.d]) aponta que a burocracia é uma forma da organização humana sistematizada na racionalidade, ou seja, organiza um espaço, um grupo, uma sociedade e um Estado. A burocracia é um processo legítimo da autoridade que busca aperfeiçoar os serviços oferecidos e executados por burocratas. Agora, compreendendo toda essa sistematização burocrática dos documentos legais em prol da inclusão, observa-se que existe uma adequação dos meios sociais e educacionais em interesse aos indivíduos com NEE, tendo uma máxima eficiência possível nesses documentos, assim se torna possível o alcance do objetivo central do processo de adaptação da inclusão educacional.

E para haver o processo de adaptação igualitário desses indivíduos com necessidades especiais, é primordial que o papel da escola nesse sentido seja de incluir os indivíduos. Essa inclusão requer, não só estruturas físicas, ou adaptadas, mas professores habilitados em diferenciar e ver as necessidades educacionais especiais nas crianças, através do desenvolvimento e aproveitamento dos recursos de aprendizados adaptados, como na estrutura curricular e aplicações pedagógicas em prol desses alunos. No entanto, esse tipo de trabalho não irá contribuir apenas aos alunos com necessidades especiais, mas proporciona aos indivíduos viabilidade de aprender por outros caminhos. Essa é uma das questões primordiais apresentados na Declaração de Salamanca:

Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 1994)

Nessa perspectiva observa-se que a educação inclusiva não é apenas colocar os alunos com necessidade especiais junto com os demais alunos em único espaço físico, isso não é suficiente, a inclusão escolar tem a função de propiciar a inserção e manutenção destes alunos na escola, garantindo a aprendizagem, partindo das adequações apropriadas às necessidades de cada criança em seu ambiente escolar.

Segundo Ferreira (2006), foi elaborado documentos legais na área educacional em prol dos indivíduos com necessidade especiais, como as Leis de Diretrizes Bases de Educação (1996), a Declaração de Salamanca (1994) sendo a principal referência mundial, as Emenda Constitucional nº2 (1978), a Constituição (1988) e a Lei nº 7.853/89; documentos e leis elaboradas referente aos direitos, e condutas de quem é considerado ou não deficiente.

Ferreira (2006),

Em síntese, parece cruzar os documentos a idéia de atribuir ao campo da educação especial a responsabilidade maior pela educação do aluno com deficiência (ou com necessidades educacionais especiais), sendo a opção pelos serviços definida fundamentalmente com base nas condições ou características pessoais dos alunos, mesmo com o aumento da ênfase na classe comum, mesmo com a atualização das categorias e dos rótulos. (p.98)

Nesse aspecto, a escola se tornaria primordial na contribuição de compreender e preparar esses indivíduos com necessidades especiais a viverem em sociedade em meio a tantas diferenças, partiria então a educação das condições necessárias dos alunos.

Na concepção weberiana se faz presente normas e regras sociais que são os resultados dos conjuntos de ações individuais que interligam os indivíduos em si na sociedade, e as instituições sociais, como a escola tem por objetivo educar o indivíduo para uma vida social, que regula as pessoas no que fazem ou não dentro da sociedade, assim modelando e conceituando os indivíduos a viverem em meio às diferenças múltiplas existentes.

Para desenvolver uma escola inclusiva é preciso entender que todas as maneiras existentes de diversidade entre os alunos são e devem ser aceitáveis. Seguindo os pensamentos de Mantoan (2003), a escola inclusiva é aquela que reconhece, planeja, e conduz critérios e promove formas que eliminam as barreiras que impedem o aprendizado dos alunos, para isso os professores precisam ser capacitados para compreender o processo de ensino-aprendizado em meio às diversidades presentes na escola.

Conseqüentemente para se construir uma escola inclusiva em meio as distinções é preciso transformar não apenas o contexto educacional, mas compreender o contexto social em um todo. Segundo os responsáveis da Declaração de Salamanca (1994), eles tem por objetivo que cabe a escola inclusiva modificar as atitudes discriminatórias existente entre os

indivíduos, criando dessa maneira comunidades capazes de viverem com as diferenças mútuas, assim desenvolvendo uma sociedade inclusiva. Como refere Santos (2002),

A instituição que educa deve deixar de ser “um lugar” exclusivo em que se aprende apenas o básico e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade [...] para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações. (p.112)

Sendo a escola o ambiente ideal para desenvolver nos indivíduos reflexões acerca das diferenças e desigualdades existentes, a sociedade precisa ser democrática em meio a tantas normas e regras, cabe à instituição educacional ser corresponsável na organização dos indivíduos. Para Santos (2002),

[...] há que se reformular (como sempre foi necessário) nossas posturas, nossas concepções, e algumas possíveis formas como nos organizamos para “receber” a todos. Na verdade, cabe mesmo questionar se temos, de fato, nos organizado. Referimo-nos à várias formas de organização. A organização “por dentro”, ou seja, aquela que toca profundamente nas nossas concepções mais arraigadas a respeito do outro. Ou mesmo, de termos, o despojamento para frear nossos primeiros impulsos e refletir sobre se temos, verdadeiramente, alguma concepção consciente a respeito desse Outro diferente. E, se a temos, verificarmos se estamos cristalizados nela, ou se ela é flexível para abranger e abraçar mudanças internas estruturais. (p.114)

A escola inclusiva correta é aquela que poderá determinar as diferenças existentes e promover situações amplas de ensino, sem precisar excluir, promovendo dessa maneira igualdades que se refletirão fora dos muros das instituições escolares.

No entanto, vale ressaltar que os olhares sobre a NEE, e as diferenças presentes na sociedade, não são apenas superadas na escola, mas é preciso todo um processo nas mudanças legais e das condições políticas e econômicas cujo o qual o sistema não oferece de fato. Sendo necessário uma mudança no modo de se ver a vida, na ética e na moral dessa sociedade, e não só na burocracia.

Segundo o censo do INEP (2016), em torno de “57,8% das escolas brasileiras têm alunos com NEE, como transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%”. Realmente a inclusão educacional, segundo os dados está sendo concretizada, no entanto as escolas enfrentam grandes desafios ao atender essas crianças com necessidades educacionais especiais, sendo um desses desafios a falta de professores especializados para atender e suprir a necessidade de cada um desses alunos.

Segundo Prieto (2006), com o aumento do acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas classes comuns, é preciso haver investimentos não apenas legais, estruturais, mas investir em professores com qualidade, que poderá mediar o ensino-

aprendizado desses alunos com necessidades educacionais. Sendo não apenas integrados na escola, mas sendo inclusos realmente na instituição conforme demanda os documentos legais elaborados pelo Estado.

Segundo Weber (1946), quando escreve:

O discutido “tipo ideal”, expressão-chave na discussão metodológica de Weber, refere-se à construção de certos elementos da realidade numa concepção logicamente precisa. A palavra “ideal” nada tem com quaisquer espécies de avaliações. (WEBER, 1946, p.78)

De acordo com os tipos ideais discutidos em Weber, o paradigma da inclusão pode ser compreendido mediante três tipos ideais de conceitos – primeiro pela racionalidade, na qual as estruturas lógicas da instituição escolar devem se estruturarem de forma não apenas em sua estrutura, mais também de maneira burocrática, no entanto desde que leve em conta o contexto histórico social em que os indivíduos estão inseridos.

Segunda forma de compreensão pode ser realizada pelo requisito unilateral das ações sociais, sendo as crianças com necessidades educacionais especiais inseridas nas instituições de ensino de forma indireta, ou seja, estão burocraticamente inclusas no espaço escolar.

Assim a terceira compreensão que seria de caráter utópico, ou seja, a criança especial se mantêm por um determinado tempo dentro da instituição educacional, elas são vistas e deixadas boa parte do tempo de lado, sendo assim o processo que deveria ser de inclusão acaba sendo apenas de integração do sujeito no seu meio.

Por conseguinte, compreende que todo esse padrão inclusivo se baseia apenas de forma legal, contudo no contexto da atualidade social em que os sujeitos estão inseridos não ocorre de fato essa inclusão educacional, como realmente deveria ocorrer.

Nesse aspecto, um olhar deve ser direcionado para formação continuada do professor que deveria não apenas ser um compromisso do sistema do ensino, mas um comprometimento de assegurar a formação de professores especializados, aptos para responderem de acordo com os alunos especiais, incluindo até mesmo os alunos que são considerados “normais”. Para Lima (2006):

É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças (LIMA, 2006, p. 123).

Contudo, é preciso considerar que a educação especial não seja vista apenas como parte de um sistema burocrático legal, que simultaneamente está inserido na educação geral, mas sim fazer parte de todo o processo de maneira inclusa desde o conjunto de recursos pedagógicos, de serviços de apoio, até todos os sistemas estarem inseridos e com o intuito de



estar enfrentando de fato esse grande desafio educacional, desde as metodologias de ensino aos recursos diferenciados que suprem as necessidades básicas proposta legalmente a essas crianças com necessidades educacionais especiais (LIMA, 2006). E além disso, obter mudanças de olhar e postura das pessoas, mudanças no modo de vida, bem diferente do modo de vida do sistema competitivo em que somos moldados.

Sendo assim, as escolas precisam manter-se preparadas para receberem os alunos com necessidades educacionais especiais ou não, levando em consideração um ambiente organizado, diferenciado, com recursos pedagógicos e estruturais para receber a todos e, essencialmente aceitar os alunos mediante suas diferenças interpessoais. Assim nesse aspecto a inclusão educacional deixaria de ser um cenário de contradições, e passaria a ser inclusa de maneira burocraticamente e social.

Levando em consideração os aspetos do fator de medicalização nas crianças com necessidades especiais na escola, acaba desempenhando um papel de controlar as crianças dentro da sala de aula, sendo diagnosticadas com laudos que estão fora da realidade que realmente a criança está vivendo.

Está claro que a escola não tem clareza sobre os riscos de tal ação ao diagnosticar e medicalizar esses alunos com necessidades especiais educacionais, e mesmo se tem consciência dos riscos ainda não dão importância ao fato. E mediante a esse processo de medicalização constata que o paradigma da inclusão educacional é contraditório.

Conclui-se que a instituição educacional hoje está despreparada em todos aspectos para lidar com a inclusão, com as diferenças entre os indivíduos, pois na tentativa de desenvolverem a inclusão de crianças especiais, acaba buscando soluções imediatas, no caso dos diagnósticos médicos, e ao medicalizar esses indivíduos o insucesso na prática do ensino aprendido, acaba ocorrendo. Um verdadeiro percurso contraditório daquilo que realmente seria o processo de inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o objetivo desta pesquisa que foi constatar a aplicabilidade desse modelo de inclusão educacional, cujas crianças com necessidades especiais educacionais estão inseridas na sociedade e nas instituições educacionais, passam por grandes dificuldades de adaptação e aceitação. De como essa inclusão educacional gera perante seu conceito principal que é a inclusão sem diferenciação entre os indivíduos, acaba criando um cenário de contradições, perante a burocracia existe em prol esse fator de incluir o outro.

Com a pesquisa bibliográfica verificou-se que ao longo do período histórico da humanidade foram aplicadas diversas dimensões, acontecimentos, e conceitos sobre o paradigma de inclusão das crianças especiais. Dentro desse contexto, a APAE pode ser pensada como uma ação social de objetivos amplos, de acordo com as ações definidas por Weber (2002), sendo como um sistema que tem por objetivo primordial uma atenção sobre as crianças com NEE, preparando-as para a sociedade.

Nos conceitos weberianos as ações sociais são estabelecidas quando os indivíduos estabelecem uma comunicação com os outros, sendo nesse aspecto a APAE ao se comunicar, ensinar e desenvolver as crianças especiais, está desenvolvendo os quatro tipos de ações sociais que Weber (2002) constatou na sociedade, a instituição está transformando esse público alvo especial. Dessa maneira pode-se caracterizar a APAE como uma instituição constituída dos quatros tipos de ações sociais weberianos.

Sendo a primeira a ação tradicional, pois a APAE vem sendo mantida desde o ano de 1954, mantendo sua tradição em atender e suprir algumas necessidades das crianças com NEE. A segunda característica de ação social da APAE, seria a ação racional com relação a fins, que obtêm nesse espaço a inserção desse público alvo especial, determinando e ofertando à essas crianças os meios necessários para aprenderem.

A terceira classificação da APAE seria a ação racional com relação a valores, pois está orientada por princípios éticos, estéticos, que defende os direitos das crianças com NEE. E por fim a quarta característica da APAE que retrata a ação afetiva, pois nela é definida as reações emocionais do sujeito quando submetido a certas circunstâncias, existe todo um carinho, um afeto em especial desde a estrutura física, até o corpo gestacional da APAE que presa e valoriza essas pessoas com necessidades especiais.

Logo, pode-se observar diante desse contexto que a APAE pode ser considerada sim um polo de ação social mantido ao longo do processo histórico, pois é um dos maiores polos de relação social que está totalmente a disposição das crianças com NEE.

Além disso, devemos considerar que foi através do processo histórico, mediado pelos movimentos que olharam para o processo de inclusão de maneira a ser respeitada e aceita pela sociedade que hoje a educação inclusiva começa a tomar força e é reconhecida na sociedade.

A realização dessa pesquisa permitiu obter um conhecimento sobre documentos legais que estão em torno da inclusão, o documento fundamental que passa a requisitar o respeito sobre o outro que é diferente, hoje no Brasil é a Constituição Federal de 1988, que propõe o bem de todos indivíduos, sem preconceito ou qualquer outra forma de discriminação. Ainda a LDB que definiu a educação inclusiva, enfim chegamos ao principal desafio, a inclusão na escola e as dificuldades enfrentadas por todos que estão inseridos nas instituições educacionais.

No paradigma de uma “educação inclusiva” em que todos indivíduos possam se desenvolver dentro de suas diferenças é necessário uma igualitariedade entre os seres que são diferentes, ou seja, é preciso adaptar a escola para que todas pessoas com necessidades específicas possam ser estimuladas e terem oportunidades como outro indivíduo qualquer, entretanto só isso não é suficiente.

Nessa perspectiva, compreende que o paradigma inclusivo não é apenas para o público alvo da educação especial, mas objetiva todos indivíduos que tem necessidades educacionais especiais em sala de aula comuns. O que chama atenção na pesquisa bibliográfica é o fato de que um dos grandes problemas e desafios encarado pelas escolas das redes pública é a responsabilidade que coloca sobre o professor, que o professor tem a responsabilidade em ensinar os alunos com necessidades educacionais especiais.

Visto que boa parte dos professores da rede pública não possuem formação adequada para suprir a necessidade dessas crianças. E burocraticamente constata que é preciso haver uma formação do professor para esse novo sistema de ensino que seja comprometido com a inclusão.

Conclui-se, então, que atualmente uma parte do processo burocrático inclusivo está sendo concretizado, no entanto o cenário nas escolas brasileiras corresponde a outros fatores, pois está sendo apenas integrado o aluno com NEE, e não de fato incluso, observa-se presença de recursos físicos, estruturais em poucas instituições escolares, e a presença de monitores junto dos alunos com necessidades especiais, dos quais ficam em sala de aula presente apenas

com o aluno especial que mal é visto pelo professor regente da sala de aula. Não havendo interação de fato desses alunos especiais com professores e com os demais alunos.

Um verdadeiro cenário de contradições, no entanto, pode-se compreender as ações individuais de cada sujeito presente nesse processo inclusivo, não descartando a possibilidade de crescimento e melhoria no requisito de incluir o outro mediante suas diferenças, é um processo grande em todos sentidos e muito desafiador para todos que estamos interligados nessa teia chamada sociedade, pois é essa interligação entre os sujeitos que poderá fazer das ações humanas as melhores possíveis.

Nota-se a importância da vocação em que o professor deve possuir em prol aos alunos com necessidades especiais, pois necessitam agir de outra maneira, entregar-se totalmente ao trabalho e responder às suas exigências que o cotidiano o remete, como nos princípios weberianos que tanto no aspecto da vida comum como no aspecto da vocação, o trabalho por mais simples que seja, ainda encontrará grandes desafios pelo caminho. Esse conceito vocacional que traz para a formação do professor toda a responsabilidade e autonomia, gera nesses professores uma das bases fundamentais na vida dessas pessoas com NEE, pois os conduzirá a um ensino e a uma verdadeira inclusão não somente educacional, mas social.

Compreende-se assim que o paradigma inclusivo, na interação dos indivíduos em uma sociedade, ou em qualquer instituição, se concretiza como casulos que precisam de tempo, de momento certo para se abrirem, e poderem “voar” para o mundo, ou seja, os indivíduos com NEE ou qualquer outro fator que o faz ser diferente em si mesmo, necessitam de tempo para se desenvolverem e viverem no mundo, não é às pressas, não são com medicamentos fortíssimos, que o fará dele um sujeito apto e consciente para viver em sociedade, mas respeitar o tempo de aprendizado, a maneira de como se adapta em seu meio, pois todos independente de ter ou não necessidades especiais, se desenvolvem conforme o tempo, as necessidades particulares de cada sujeito.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-69.

BERNADES, Adriana Oliveira. **Da integração à inclusão, novo paradigma**.

Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html>>. Acessado em 09 de novembro de 2017

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Educação Especial- Cadernos de Estudo**. Secretaria de Educação Especial- SEESP, Rio de Janeiro: Série Atualidades Pedagógicas, 1998.

CARVALHO, Alysson Massote. (Org.) **Mundo Social Da Criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p.72-73

CONFERENCIA, Social. **Inclusão e Integração**. Disponível em:

<[http://www.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/inclusao\\_integracao.pdf](http://www.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/inclusao_integracao.pdf)>. Acesso em 09 de novembro de 2017

DINIZ, Andréa Fabiane Machado. BBC. **As Borboletas De Zargoski**. In: *Revista*. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/17933/15995>>. Acessado em 25 de maio de 2017.

FERREIRA, Julio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: Rodrigues, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. 1ed.São Paulo: Summus, 2006, v. 1, p. 85-113.

FIGUEIRA, Emílio. Inclusão, Mas Que Um Conceito. In: **Revista Inclusão Escolar – Projetos Escolares**. São Paulo, ano 1, num. 1, pag. 30-33, maio de 2010.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. In: *Revista da Educação*, Vol. XVI, nº 1, 2008. <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>>. Acessado em 25 de maio de 2017.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Disponível em:

<[http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php#autor](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php#autor)>. Acessado em 11 de novembro de 2017.

Inclusão. Que Conceito. São Paulo.

Disponível em: < <http://queconceito.com.br/inclusao> >. Acesso em: 01 de outubro de 2017

INEP/MEC. **Censo escolar da educação básica 2016**. Disponível em < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)>. Acessado 13 de novembro de 2017

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

KIRK, Samuel Alexander.; GALLAGHER, JAMES J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercampo, 2006.

MEC/SECADI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acessado em 24 de julho de 2017.

MEC/SEESP – Declaração de Salamanca. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em 15 de outubro de 2017

MEIRA, Marisa Eugenia Melillo. (Org.). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio Histórica. **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003 p. 13-78

MEIRA, Marisa Eugenia Melillo. (Org.). Psicologia Histórico-Cultural: Fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. **Psicologia Histórico Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental, Unimep, 2003. Disponível em: <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICIENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>>. Acessado 04 de outubro de 2016.

Mantoan. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna , 2003.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A institucionalização invisível – crianças que não aprendem-na-escola**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; Fapesp, 2001.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 71-110.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; COLLARES, Cecília A. L. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília; MOYSÉS, Maria Aparecida; RIBEIRO, Mônica Cintrão (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos: memórias do**

II Seminário internacional educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. Campinas, SP.: Mercado de Letras, 2013. p. 41-64.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização do comportamento e da aprendizagem: a nova face do obscurantismo. In: VIÉGAS, Lygia de Sousa et al. **Medicalização da educação e da sociedade: ciência ou mito?** Salvador: EDUFBA, 2014. p.21-43.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T.A. Queiroz. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Formação de profissionais da educação para trabalhar com o atendimento de alunos com necessidades educacionais no sistema regular de ensino.** In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, David. **Educação Inclusiva: as boas e as más notícias.** In: RODRIGUES, David (org.). **Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade.** Porto: Porto, 2000.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011 6ª edição 1ª reimpressão.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Educação inclusiva: redefinindo a educação especial.** Revista Ponto de Vista, Florianópolis, n. 3/4, 2002. p. 103-118.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro:WVA, 1997.

SOUZA, Marilene Proença R. Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o cotidiano escolar à luz da perspectiva histórico-crítica em psicologia. In: OLIVEIRA, M. K; SOUZA, D. T. R. REGO, T. C. **Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Moderna, 2002. p. 177-195

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> > Acesso em: 14 set. 2017

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_, M. **Ciência e política: duas vocações.** 5. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2005.

\_\_\_\_\_, Max. "**Classe, Estamento, Partido**". (Org.) In: **Ensaio de Sociologia,** Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_. Max. **Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima.** In: Cohn, Gabriel. *Weber.* São Paulo, Ática, 1986.

\_\_\_\_\_, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais,** 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

\_\_\_\_\_, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002

\_\_\_\_\_, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UNB, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_, Max. **O que é burocracia**. Disponível em:  
<[http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro\\_burocracia\\_diagramacao\\_final.pdf](http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf).>[s.d]